

FOIRN, FUNAI e ISA • OUTUBRO DE 2017

3

Governança e Bem Viver³ Indígena

Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro



Sumário

Retomando alguns conceitos da PNGATI e PGTA 4

TUKANO

PNGATI e PGTA atiro ni tuoñase kũrowe, puati merã wakũapose 6

BANIWA

Wakapaphaka apadapenaa Iakotti PNGATI nheette PGTA nako..... 8

NHEENGATU

Yayui yamãduai PNGATI asui PGTA resewa..... 10

Levantamento Socioambiental PGTA: temas e entrevistas..... 12

Oficina do Grupo de Trabalho PGTA

aconteceu na maloca da FOIRN em junho 15

Destaques dos resultados do levantamento:

discussões e recomendações do GT PGTA 17

Raio X e perfil geral da população e regiões 17

Mapa 20

Religião 24

Política de educação indígena nas comunidades tem falhas e pode melhorar..... 25

Sem comunicação, as comunidades ficam em condições precárias de atendimento à saúde 28

Problemas com lixo, consumo de produtos industrializados e energia 28

Saúde: como andam os atendimentos e os casos de doenças 29

 Malária e mordidas de cobra 32

Saúde e violência 32

Dados indicam a ampla extensão e presença do movimento indígena do Rio Negro 33

 Protagonismo indígena e diversidade de iniciativas é registrada 34

Resultados das entrevistas com as famílias: pescaria, roça e caça 35

 Pescaria 35

 Caça 37

 Roça 37

Aspectos sobre renda e benefícios sociais 38

 Outras fontes de renda e usos do dinheiro..... 40

Próximos passos na elaboração dos PGTA 41





Família Baniwa viajando no Rio Içana, Terra Indígena Alto Rio Negro.

Dylan Gross, 2008

Organizado em parceria entre a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Instituto Socioambiental (ISA) e Fundação Nacional do Índio (Coordenação Regional do Rio Negro), este é o terceiro Boletim Governança e Bem Viver nas Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro e traz os primeiros resultados do **Levantamento Socioambiental realizado entre setembro de 2016 à março de 2017 nas comunidades e sítios das Terras Indígenas: Alto Rio Negro, Rio Apapóris, Balaio, Cué-Cué Marabitanas, Médio Rio Negro I e II e Rio Téa.**

As informações recolhidas nesse levantamento formam uma base de dados atua-

lizada e bem estruturada que pode servir de fonte para propostas de políticas públicas para a região e propostas das comunidades para organização interna e governança nas comunidades e sub-regiões. Esta base é uma parte importante dos **Planos de Gestão Territorial e Ambiental dessas Terras Indígenas.**

A próxima edição do Governança e Bem Viver nas Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro apresentará os destaques das Consultas feitas nas regiões e os principais resultados da próxima Oficina do Grupo de Trabalho PGTA. E assim como esta edição, será publicada e distribuída para as comunidades, parceiros institucionais e setores governamentais.



Retomando alguns conceitos da PNGATI e PGTA

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) são ferramentas de uma política nacional para a gestão das Terras Indígenas e para regiões que estão em contato direto com esses territórios e suas populações. Isso significa que no Brasil, temos um instrumento que é o oficial, reconhecido pelo Estado para a gestão das Terras Indígenas.

O que significa gestão? Gestão é quando guiamos ou orientamos o uso de algo. Pode ser uma matéria prima ou alguma atividade que realizamos. Alguns sinônimos de gestão são: cuidar, organizar, conduzir, gerenciar, gerir, administrar, planejar, conduzir, dirigir e coordenar. Ou seja, gestão territorial é a maneira pela qual cuidamos do território.

Construção da política: em resposta à necessidade de uma estratégia para a gestão das Terras Indígenas (TIs), em 2009, a Funai, Ministério do Meio Ambiente e representantes indígenas formaram um Grupo de trabalho (GT) e após consultas com os povos indígenas que resultou na Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI), publicada em portaria cujo número é: 7.747, em junho de 2012.

No intuito de garantir a preservação dos territórios, patrimônios indígenas e a autonomia sociocultural, o decreto da PNGATI, orienta, sobretudo:

- o protagonismo indígena
- o uso de instrumentos de etnomapeamento e etnozoneamento
- a importância de fortalecer os saberes e práticas locais, bem como a governança indígena

O documento **PGTA** é um marco histórico, que registra de forma clara e resumida o que foi encaminhado e recomendado no processo de diálogo e acordos entre as comunidades. É desejável que seja interpretado como **processo**, e incorporado como um documento **a ser revisitado de tempos em tempos**, bem como **aprofundado e adaptado para sub-regiões e realidades diversas dentro de uma Terra Indígena**.

A PNGATI: é um decreto federal, nº 7747 de 2012 assinado pela presidência da república e pelos ministérios da justiça e meio ambiente. Seu objetivo é garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente.

- a consideração as diferenças geracionais e de gênero. Os instrumentos de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas podem ser vários: planos de manejo; planos de gestão territorial; planos de vida; diagnósticos participativos; estudos e pesquisas no âmbito das escolas e das aldeias.

Estes instrumentos podem ser usados com metodologias, tempos e abordagens distintas. Um dos instrumentos mais utilizados após a constituição da PNGATI é o **Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA)**: ferramenta de diálogo intercultural e de planejamento para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas brasileiras, elaborada pelos povos indígenas com apoio e em diálogo com outros parceiros da sociedade civil e setores do governo. Essa é também uma oportunidade de executar um processo coletivo de acordos entre as comunidades e de encaminhar ao Estado recomendações específicas da realidade de cada região para a aplicação de políticas públicas.



Juliana Radler, 2017

Em resumo, o PGTA é uma ferramenta:

- de diálogo entre os povos que residem numa mesma Terra Indígena e região
- de diálogo entre os povos indígenas e o Estado
- que pode regulamentar atividades econômicas
- que pode ajustar acordos com populações do entorno e com áreas protegidas sobrepostas às Terras Indígenas
- que pode trazer dados atualizados da população, das associações e do sistema de governança próprio daquela Terra Indígena
- que pode **não** registrar o que os povos indígenas decidirem que não deve ser de conhecimento público.

O que É PGTA:

- é reconhecido e ferramenta da lei 7747/12, conhecida como Política Nacional Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI
- é uma forma de fazer reivindicações
- é um jeito de organizar as prioridades das regiões
- é uma proposta de como cuidar do território
- é um acordo coletivo
- é um documento feito e gerido pelos povos indígenas
- é um processo, e deve ser atualizado e revisto.

O que NÃO é PGTA:

- não é projeto
- não é obrigação
- não é formulário
- não é edital para apoio financeiro/dinheiro de projeto
- não é instituição do governo

- não é organização da sociedade civil (associação)
- não é partido político
- não é garantia de dinheiro.

Nem tudo isso é novidade.

Antes da PNGATI os povos indígenas e organizações parceiras já discutiam e elaboravam projetos de:

- I) planos de manejo de recursos naturais
- II) acordos internos de uso do território
- III) perspectivas para o futuro das comunidades e
- IV) recomendações sobre a presença do Estado, ou seja, orientações para a implementação de políticas públicas adequadas à realidade da região.

Nesse sentido, no Alto e Médio rio Negro, muitas iniciativas já foram realizadas e devem orientar e aportar informações para as novas etapas de elaboração e implementação dos PGTAs.

Os PGTAs (Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas) são importantes instrumentos na Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI). **Estes planos de diálogo intercultural e de planejamento para a gestão territorial e ambiental contam, na sua elaboração, principalmente com os povos indígenas e parceiros da sociedade civil e instâncias governamentais.** Trata-se também de uma oportunidade de executar um processo coletivo de acordos entre as comunidades e de encaminhar ao Estado recomendações específicas da realidade de cada região para a aplicação de políticas públicas.

PNGATI e PGTA atiro ni tuoñase kũrowe, puati merã wakũapose

Mariya di tare ñanɁrũ ahpokũ kah-tisetirã nise ukũ ahpokũke, mariya dita tuhtua nɁkã hease ñanɁrũrã marĩ poteri kharã bahsita tuhtua nɁkã hea nirã noh nirãsa mahsã merare. Atiro nirõ toh nii, mari niritidare darase ahpokũke tuhtua yɁɁo nukõse mahsĩnoke marĩ masãka ditare marĩ basita duhtiro nii. Ahpokũke derõ nirõ tho niti? Ahpokũke merã darase tere ñasirutukãrẽ weretamose kuó. Marĩ darase kɁosere darabohkakere añurõ ñanɁrũse nisa: ñanɁrũ, ahpokũ, miwakã, ñanɁrũ, ahpokũ darakã-sere ñaó phimɁta kãse. ditare ñanɁrũse atere ahpokũ, ñanɁrũ werã mariya ditare.

Nã yɁtioke, atirope mariya ditare ñanɁrũ nike nipã 2009 nikã, marĩ wioɁ Funai, ati ditare mairã tho nikã poteri khãrare ukũbasarã tuhtuakã heapã ate (PNGATI) ati numberu merã 7742 sayũ muhipũ nikã atiro tuoña nɁkãhá ñanɁrũ mairã mariya ditare mari kɁose, marĩbasi darakã kũnoke nisa PNGATI, wereó nipetirore werekhasɁoke nisa:

- marĩ dehsu base, marĩye darase mari bahsita ñanɁrũse
- wiopehsa tuhtua nɁkãha nirõkhasa marĩ bhasi duhtikãse. Numiã ɁmɁã nikãrõmerã tudɁkawakurõ marirõ darakãse, mari ukũ amesɁo ahpokũkemerã darakãse; mari bhasi ahpokũ ñanɁrũ atirope ahpokũke nií khatise tirã nií ahpokũke: nipetirã nerekea ukũ ameri seriña ukũke mariye mahkãripɁ, buese wiseripɁ seriña buekãse. Atirope darase tirã marĩ, tho wekãpe añurõsa nií ukũnoke ate nií wiopehsase ukũnoke, wiopehsaro merã ñato nirã ahpokũke nisa PNGAT nisa-tha (PGTA) mariya ditare ñanɁrũ ahpokũ kahtise tirã nise: ukũ amesɁo ahpokũ darakã kahtisetirã-sama poterikharãbhasi wetamorãrẽ ama darakãrãsama hopɁta hea-rowe na poterikharã bhasi darakãse ate ni mha PGTA nií ate atirope daraya nii kũke
- poterikharã bhasi ukũ amesɁoke nisa naye mahkari popeapɁ naya ditare mairã



O manejo dos conhecimentos e práticas indígenas é parte da gestão de territórios e busca pelo bem viver no rio Negro. Preparando beiju na escola Pamáali, rio Içana.

Tuhtua pehsari purī marīya ditare ñanurū ahpokū kahtisetirā (PGTA) berokahrāp̄re ñā wahkūato nirā mahsiōkū noke keoro nisere na atirope ñasā nii mahsiō ñā ahpokūke nisa mahkārīp̄re. Hayur̄okere werekhas̄oke derowe, darasetirā sari nii wahkūke tií tuhtuari pūrirē ñā ahpō ñukō añurō ukū ahpō nukō ateta añurōsa nii ukū ahponukōke matar̄pta na kahtiseti nisetipā ñāyadita popear̄p̄re.

PNGATI (mariya ditare tuhtuanukā hase) tuhtua yur̄uori número 7747/12 nikā, wiogo duhtigo yur̄tii ñakūpo, marirē iñanurū duhtiori wip̄. atiro wesetirasama na ya ditare maī keahā, ñā bahuriokere bohka kahtiseti ñanurū werāsama, wiopehsa ñato poterikharā yere, mehkā kure kahtise tirā nií atiropeka kahtiseti werā mari bero kharā p̄re ñasarā.

- na poterikharā bahsita ukū ames̄o mari kahtiri dita poterikharā wiorāmerā ukū ames̄oke
- niñeru merā atirope we ahpokū darasetirā nise
- mahsāmerā atirope darase tirā mari dita takaro popear̄p̄re mahsā kahtirā atikerā nima nise, nikārōmerā dararā nise kurari mehkā duhtisetirā nibosama poterikharā naya dita takaro popear̄p̄re
- mari darasetisere weresteya marirōsa.

Ñenohō nisari PGTA:

- Atiro nirō wesa, mariya ditare ñanurū ahpokū kahtisetirā nirōwee. Ñā mahsiō daraya ñā nií duhtise duhtiri nubero: 7747/12 mahsiō werekhas̄oke marīya ditare tuhtuanukāhase (PNGATI)
- Papera hoa seriōse
- Atereta hayur̄u ñhsā, ñhsāya ditare ña nií seriōse
- Atirope mehkā t̄oña ñanurū wesetirā marīya ditare

- Nikārōmerā tohta werā nií ukū ames̄oke
- Poterikharā ñā ukūse tuhtuari purī merā daram̄hā wesetirāsamā
- Ukūke keoro waá, ñā behse ahpokūkāke, neé nipetise mamā mehta nií PNGATI ð̄hporop̄ ñi-thoapā na tho nií ukū ahpokūke.

Marīya ditare ñanurūse ahpokū kahtise nitise nohō:

- Wahose purī marī
- Atirope wegusam̄ nitise
- Yur̄tisāse purī merā Mehta
- Darase khāse wetamoripurī marī
- Marī wiorā morāsa
- Wetamorī mahsā morāsa
- Ukū kuhsiarā morāsa
- Niñeru nirosa nisep̄a marirōsa.

I) marī kahtiri pati ñanurūse

II) marībahsi diakhū k̄omahsī dehsu base

III) berop̄re mehkākure kahti nisetirā marīyemahkārīp̄re

IV) wereahpó marī nirōkāhsere, tho nikā na darakā ukū tuhtua marī nirōkāhsere. Atiro nii t̄oñase nisa k̄hsama kharā, diapahsa kharā ahpekō diama na nerēkea ukūnoke atirope ahpokeaha marī, marī kahtiseti darase ñasāse nisa PGTA.

(PGTA) marīya ditare ñanurū ahpokū kahtisetirā nise tho nikā ahp̄t̄u wiopehsase nií ate PNGATI. Ukū ames̄okere minekū ukū ames̄o marīya ditare ñanurū wetamorārē marī ahkawererarē ñasarā, tho nikā pehsasā marirē añurō ñasarā k̄p̄a marī wiorā nisetatipap̄ duhti m̄o dhuirā. Marīye mahkārīp̄re nikārōmerā darasetii, ateta ñhsāye mahkārīp̄re ñasa nii serīmūose nisa wiorāp̄re.

Wakapaphaka apadapenaa Iakotti PNGATI nheette PGTA nako

Nhaaha padeenhixooa wahipaitenai nako, whaa newinai, nanakoapanina nako tsakha, ikatsa kadzoaha linakoapanina (lei) ikaitekapidzo. PGTA ka lipitana lhiehe padeenhixooa linakopaninawa nhaaha waihipaitenai papera liko. Koamexooa lhiehe nakaiteri lideenhikanaa padeenhika wahipaite nako? Ikatsa ikaitekada matsia koamekaro wadzeekataka o wadenhika phiome koakatsa waamali wahipaitenai nako, metsa kadzo talikanaatinai nheette linakoapanina ikaitekapidzo. Kadzo matsia padzeekataka padeenhikaro wadzakale riko, peroitanda papera liko liomali wadzakata lhiehe linakoapanina, nanheeri (leika Brasil liko).

Nañhatakaro koame padzeekata matsia wahipaitenai nako, 2009, FUNAI, Ministério do Meio Ambiente nheette liderançanai indionai nawakeetaakawa kaakokaro nhaa wahipaitenai inakoapaninawa. Natathakadzami nhema manope indionai Brasil liko, ikatsa limottokawa lhiehe linakoanina phiome ikoawale Brasil liko koamekaro matsia padzeekataka, padenhika, pawapaka phiome wahipaitenai, nanheri PNGATI ka n^o 7.747de Junho de 2012. Kadzo karoni liakona ikaitekapidzo lei riko, pamatsiata karo pahipaite, phiome neeniperi tsakha, peemakaro kadzo peemakaadzo, PNGATI ikaite kadzoaha:

- padzeekatakaru etnomapeamento (padesenharika kalheka neema phiome koaka) nheette etnozoneamento (padesenharika kalleka nhaaha kanakaiperi, koamekaro padeenhika)
- koame kanaika pakhedzaakotaka phiome ianhekhetti, ideenhikhetti,

kadzo tsakha koamekaro phiome kaakoka pha pahipaite nako

- phiome linako hipai peemakaawa liko palhiotsa papiñheetaka koamekaro nhaaha ienipettipe nheette iinapeda nakitsindataka pawapiñheetaka matsiakaro peemaka padzakale riko.

Ikatsa nhaaha padeenhixooa padzakale riko: koame karo padzeekataka karokaro nawadzakawa nhaa koakadawaka; koamekaro padzeekataka matsia padzakale riko phiome; koamekaro peemaka matsis padzakale riko; pakapaka phiome koame peemaka padzakale riko, koaka palhioli nheette karodali tsakha palhio; pakadzeekataakawa nheette paama tsakha pakapaka koameka nhaa escolanai nheette comunidadenai tsakha.

Phiome nhaaha pattaita padeenhika nayo nakhoettewaka. Metsa lhiehe nadeenhiphali iyo PNGATI nakhite, ikatsani Koame karo Padzeekataka Matsia Padzakale riko phiome (PGTA): lhiehe PGTA ikatsa kaakooxopapha papidzawaaka phiome nako nheette paroitani papera liko koame karo padzeekataka padzakale riko. Nheette nakitsindataka pha nhaaha paamanhi pakitsienawa governo o karoperi tsakha governonai. Lhiada nakotsa kaako tsakha phaa koanakoka paamaka hanipadali phiome irhio paapiriwa governo irhio lidzeekatawa padzakale riko, padzakale ikoawale. Pawakeetkada iakotti, PGTA kadzooxopa niaha:

- kakopedaxoopapha papidzawaka pahipaite nako, pahipaite ikhette phiome peemakawa liko tsakha
- Kaakooxopawa pha governo iapidza

Lhiehe PGTA apada kaakonaadali weemakaapani nako whaa newikinai, iñhaatakada matsia koame weemakaro matsia wainaiwaka, wapidzawaka, manope ipontte kaakodzami whaa wapidzawaka. Matsia padzeekataka iakotti linako lhiehe PGTA kadzoaha karodalitsa pikeetemika, metsa kadzoaha pattaitandatsa pamatsiatanhika iawa koamekadanakoepka kanakai, pamatsiataphakani khedzako kadzo kanakaikapidzoni wadzakalepe ikoami waihipaitenai riko.

- pakadaxoopa phiome ianhe koame padeenhikaro pavenderiwa nako padzakale riko
- Pamatsiataxoopa iakotti papidzawaka naapidza nhaaha apaana iemakape nahipaite nako tsoometsa pahipaite iodza
- panhexoopa koadzoka pamanopeka padzale riko, koadzoka associaçonai nheette koameka padzeekataka kaakokaro phiome nako nhaahã padzakale ikoawale
- pattaita karoda pakaiteka koaka karodalitsa paamaka phiome ianheka.

Koaka lhiehe PGTA:

- lhiehe Lei iyodali nadzeekataka n° 7.747/12, nanheeri PNGATI ka
- lhia paamaxoopa koaka kanakairi palhio governo iinai
- pawakeetaxoopa phiome koaka kanakairi padzeekataka padzakale riko
- ikatsa papinheetaxoopaka koame karo padzeekataka ou pamatsiatataka padzekale phiome
- papinheetaxoopa pakoaka
- padzekatanda phawakatsa nheette kadzoxoopa phawakatsa pakapaka linako
- kadzodalitsa palhiotsa pawapaka pakapani pamatsiata karoni lipeedzalhewa.

Koaka lhiehe karodalitsa PGTA:

- karodalitsa pawapiñeeta padeenhika
- ñamedalitsa kanakai padeenhika
- papera mettadadalitsa

Lhiehe PNGATI apada Lei liipitana decreto federal irhiokada n° 7.747 2012 dali nadzeekata Presidente Brasil idzaada idananda wakoawale. Ikatsa lhia lianhexoopa, likadaxoopa waihipaitenai wadeenhikawawa, wemakaakawawa wamawadakatsa waihipaitenai riko, metsa linakhitte wapiñeeta karo koame matsia wadeenhika waihipaitenai riko tsakha pandza nheette phiome wapontteperinai irhiowawa tsakha.

- ñame edital kani lhiehe iomakada ikitsindataka palaata iyo
- karodalitsa ttalikanaatinia idzaada
- karodalitsa nadzaadakani nhaaha Ongnai
- karom partido politiconai kani
- karom likaitexoopa nenideena palaata likoawale.

Karom phiomeka waliperikamitha nhaaha iakotti. Ima PNGATI ipeedzattoa whaa newikinai naapidza wakitsienape ikitsindatape kakopedaperiina linako nheette nadzeekataka projeto:

- I)** koamekaro padzeekataka ñame karo nawadzakawa nhaaha koadawaka wadzakale riko
- II)** koame karo wemaka matsia wadzele riko
- III)** koame karo wadzeekataka phiome wadzakale riko, lipeedzalewa/nhette
- IV)** wakaiteniina kome wamaka governo ikitsindataka whaa kadzo kanakai kapidzoni walhio wadzakale rikolhe.

Kadzoxoopa phiome wadzakale Rio Negro liko, manopeena ideenhikhetti ittaitali iñhaataka koamekaro wadzeekataka matsiakaro watsa wadzeekataka lhiehe PGTA wadzakale riko.

Nhaaha PGTA nai kanakaiperi padzeekataka wadzakale riko kadzo PNGATI, Lei ikaitekapi-dzo. Nhaaha ikatsa kaakoxoopa matsia phaa papidzawaaka phiome nanako koamekaro padzeekataka phiome iapizda, whaa nawikinai, wakitsienape ikitsindatakape nheette governo-nai tsakha. Kadzo watsa matsia padzeekataka pakowaka papidzawaka nheette papiiriwa governo irhio padzale nako, pakaiteka koamekaro lidzeekataka matsia koakadaka palhiwawa.

Yayui yamãduai PNGATI asui PGTA resewa

Kua PGTA ipupe rupia uyumiakūta asui uyukūtai sesewara kua Tetatama Īdigina asui tetama mirita taiku wa taruaki rupia asui miraita arupiwara. Yaweara Brasil upe, yariku yepe manūga retewaa, kua tetama wasu ukua sesewara, taresewa kua Īdigina Taretatama.

Maāta Miakūtasa? Miakutasa aé mairamē yatiari ou yamukamē maye yumuyā manūgara. Amuramē manūgara repika waa u muraki uyumuyā waa. Akue amuita iyawewaita: yurikusa, yumukaturusa, rasusa, maāsa, yumãduai maye yumuyā arā, yurasusá asui uyumudu manūga rese. Kuaye, yumkūta tetama ae maye yapudei yamukaturu tetama.

Maita yumuyā: yupudei arama yumuyā mikūtasa Īdigina Taretama upe, 2009 akayu rame, FUNAI, umaāsa tetama upewaraita resewa asui tuixaita, aītamuyā mūti muraki rupiraita, tamuyā rirewa sēdusa muiiri miraita Īdigenaita irū usemu kua “Maye Yumuyā Miakutasa Īdigina Taretama upé” (PNGATI), uymukamēwa papera turusuwa N^o 7.747, junho yasi, 2012 akuyu ramē.

Irupiarā yumukaturu aikuewaita tetamaita upé, ĩdigena tarikuwaita asui mayeta taputai taiku tarikusaupe, kua PNGATI, umukamē;

- mamē usika taretama asui mata aikue aiteyā tetama upe
- uyumukirība arā takuasaita, maye tayumūdusa.

Takuasa maye tamaā tarūde araita supe asui maita taikusa.

Ipupe arā waita tamuyā maraki irū kua “Maye Yumuyā Miakutasa Īdigina Taretama upé” (PNGATI) aikue siiya: miakūtasa, mayeta tarikuesa, kūtaisa yepewasu, tamuyā sikaisa uyūbuesaraita irū asui tēda wasuita arupi.

Aitekuaita tapudei tapuraki ipupé, mayete yā miraita rikusa. Taparaki piri ipupé: kua kūtaisa misaita irū asui amū mirasaita u awaita upurakiwa aītairū. Yawe ramē tapudei takūtaiwa rupi takua maye tamuyā arama muraki, mūdusaita asui tēda wasuita irū, asuiwara tamūdu mudusaraita supé tamuyā arama muraki irupi, mayete tetama ta amurupisa.



A gestão da terra envolve também o manejo da roça e dos alimentos, como os benzimentos de preparo e queima das roças.

Mayearã Yumiakũta Īdigena Taretama (PGTA) ae yũpinimasa turusuwa sesewara, umukamẽ purãga asui muiiri maã uyũbeuwa asui aĩtamũduwa kũtaisaita rupi asui manũga tẽdawasuita taputai waita. Purãgate yakua purãga sesewara, yãse kua urikute uyumuyã kũtaisa, irupi arã, yumuyã muraki maye taikusa miraita aiteyã Īdigena Tetama waraita.

Yumuatuka arã kua PGTA, ae ipupearã:

- muiiri mirasaita tayukũtai taretama resewa
- muiiri mirasaita takũtai umudusaraita irũ
- upudei uyumuyã muraki urui sikuyara iwasuima
- umuyã miraita tarikue timaresesa amu tetama suiwaraita irũ
- aikue muiiri siiyasa miraita yã tetama upe asui maita tarikue taiku taretama upé
- umukamẽ manũgara mira ĩdigena ita ũbawa taputai taretama upé asui amũ takua sere sewara.

Maãta Mayearã Yumiakũta Īdigena Taretama (PGTA):

- ae irupi arã yumuyã muraki kua papera retewa 7747/12, yakua sesewara “Maye Yumuyã Miakutasa Īdigena Taretama upé” (PNGATI)
- ae ipupe arã yumuyã purãdusa
- ae mayearã yumukaturu iwi yaraita
- ae yumukamẽ maye yumiakũta tetama
- ae siiya takuawa sesewara
- ae papera ĩdigena tamuyã waa asui aĩta tapuraki Irupi
- ae yupirũga, yawerã urikute uyũpistasu wara.

Maãta ũbawa Mayearã Yumiakũta Īdigena Taretama (PGTA):

- ae ũba urui arama yapiripana rupiara
- ae ũba muiiri upudei umuyã

Kua “Maye Yumuyã Miakutasa Īdigena Taretama upé” (PNGATI): ae yepe papera turusu waa, n° 7747 akayu 2012, umudusara tetama wasu upé asui umaãsa manũga resewa asui umaãsa tetama upewaraita resewa, takua waa sesewara. Manugara urui: urui asui umuyã pitasukasa, uyui arã yuiri, aikue wara arã asui uyuyuka manũgara ĩdigena taretama sui ta kuasa rupi tiarama upa, takua arã sesewara kua ĩdigena takuasa, taiku arã tima resewa, apudei arama tayumusiya miraita maye yui takitiwaraita kuiriaraita asui kua rire waraita supe mirasa ĩdigenaita tasupearã, takua maita taikusa takitiara upe, maye ũbeuwa mudusaraita.

- ae ũba manuga yasua xara waa iwasuima
- ae ũba mudusaraita yara
- ae ũba eleição rupiara.

Kuaita ũba kuiiri yakua tare sewara. “Maye Yumuyã Miakutasa Īdigena Taretama upé” (PNGATI)), rũde muiiri ĩdigenaita tayukũtai asui tamãduai tarũde kiti, kuaye:

I) tayúku takua sa rupi manugara tasupe

II) tayukũtai maita taiku arã taretama upé

III) maita taiku arã tarũde kiti

IV) ambeu maita taputai umudusaita tamuyã muraki tairu, maye taikusa rupi taretana tarupi.

Yawewa rupi, kua paranã (rio Negro) upe, siiya muraki uyumuyã. Yawearã upudei umukamẽ asui utiari maduaisaita kua pisau wa muraki tasupe kua “Maye Yumuyã Miakutasa Īdigena Taretama upé” (PNGATI).

Kua Mayearã Yumiakũta Īdigena Taretama (PGTA), ae ipupe rupia uyumuyã kua “Maye Yumuyã Miakutasa Īdigena Taretama upé” (PNGATI). Aitekua kũtaisa muiiri mirasaita yara asui mayearã yumuyã miakũta kua tetamaita, maitepiri tairũ kua mirasa ĩdigenaita asui upurataki wa tarupi yepewasi tairũ kua umũdusaita. Yawe ramẽ tapudei yukũtaiwa rupi takua maye tamuyã arama muraki, mũdusaita asui tẽda wasuita irũ, asuiwara tamũdu mudusaraita turusuwaita supé, tamuyã arama muraki irupi, mayete tetama rupiwaraita tarikusa.

Levantamento Socioambiental PGTA: temas e entrevistas

Em agosto de 2016, na sede do ISA em São Gabriel da Cachoeira, ocorreu o treinamento das equipes de pesquisadores indígenas. Ao total foram 44 pesquisadores. Formulários com perguntas orientaram as entrevistas coletivas e domiciliares com cada família. Um aplicativo digital (*Open Data Kit - ODK*) e *tablets* foram usados pelos pesquisadores em campo. Os dados atualizam informações georeferenciadas, com localização exata no mapa do Brasil e do mundo e um censo populacional com alguns aspectos socioeconômicos. Ademais, trazem a avaliação da população sobre segurança alimentar e atendimento de serviços públicos, em especial, de saúde e educação.

Vale ressaltar que o censo populacional foi feito a partir dos dados disponibilizados pelo Distrito Sanitário Especial de

Saúde Indígena do Rio Negro (DSEI-ARN), registrando idade, gênero e etnia e atualizando óbitos e nascimentos, junto aos agentes indígenas de saúde.

Os resultados traçam um diagnóstico importante e amplo da região. Contudo, identificamos lacunas e limitações que ainda devem ser melhor esclarecidas e oportunamente corrigidas. As lacunas dizem respeito às comunidades onde não foi possível fazer o censo e perguntas da entrevista que poderiam ter sido mais claras, como por exemplo, para os preços dos produtos comercializados. As limitações estão relacionadas, sobretudo, à complexidade e custos em chegar e entrevistar pessoas de mais de 360 comunidades e sítios e mais de cinco mil famílias em sete Terras Indígenas que totalizam uma área de 11,5 milhões de hectares.



Grupo da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI) durante a Oficina do Grupo de Trabalho PGTA em São Gabriel da Cachoeira.

Perguntas da entrevista com as comunidades:

1. Quantas famílias e pessoas estão morando na comunidade?
2. Quantas famílias se mudaram da comunidade desde 2010, para onde foram? Quais os principais motivos da saída das famílias da comunidade para a cidade (os centros urbanos)?
3. Quantas famílias se mudaram para a comunidade desde 2010?
4. Religião dos moradores da comunidade. Indicar número de famílias por religião.
5. Mora na comunidade algum (grande) benzedor (ou outro especialista ritual)? Quantos?
6. A comunidade pratica rituais, festas que são parte das tradições locais/indígenas? Quais?
7. Existe escola funcionando na comunidade?
8. Quais séries estão funcionando e com quantos alunos por série?
9. Como é a estrutura física da Escola?
 - a) Sede própria construída pelo governo
 - b) Sede construída pela comunidade
10. Existe Plano Político Pedagógico da Escola?
11. A escola já adquiriu produtos locais para merenda escolar (merenda regionalizada)? Em que ano (período)?
12. Existem pessoas da comunidade cursando formação superior? Quantos? Em quais instituições e cursos.
13. Há alguém da comunidade com formação superior? Quantos? Formados em quais instituições e cursos? Está empregado, se sim qual local e empregador?
14. Existe radiofonia na frequência da FOIRN? E existe orelhão comunitário?
15. Há problemas na comunidade devido ao acúmulo de lixo? O que é feito com o lixo produzido na comunidade?
16. Tem motor de luz comunitário? Qual a potência em Kva? Como a comunidade se organiza para comprar o diesel?
17. Existem quantos geradores de uso familiar?
18. Existem outras fontes de energia (solar, fornecimento domiciliar de energia elétrica etc.)?
19. Como é o abastecimento de água potável?
20. Como avaliam o atendimento de saúde na comunidade?
21. Frequência de atuação dos profissionais da saúde: quantas vezes o auxiliar de enfermagem, enfermeiro, médico e dentista atenderam na comunidade nos últimos doze meses?
22. Ocorrência de casos graves de saúde na comunidade nos últimos dois anos. Quanto(a)s: mordidas de cobra; acidentes (quedas, afogamentos, por exemplo), malária, microfilária e doenças da mulher (câncer de mama e de útero, por exemplo).
23. Nos últimos dois anos, ocorreram casos de homicídio na comunidade? Quantos?
24. Nos últimos dois anos, ocorreram casos de suicídio na comunidade? Quantos? Qual gênero, etnia e idade?
25. Número de pessoas da comunidade que tem vínculo de trabalho e recebe salário
26. Aposentadoria. Número de mulheres que recebem aposentadoria
Número de homens que recebem aposentadoria
27. Número de mulheres que receberam salário maternidade nos últimos doze meses
28. Número de famílias que recebem o bolsa família.
29. A comunidade participa de alguma associação ligada à FOIRN? Quais?
30. Qual é a principal dificuldade para a associação funcionar?
31. Iniciativas que a comunidade participou nos últimos 2 anos e avaliação: quem foram parceiros, como avaliam (bom, regular ou ruim) e se teve continuidade ou não.
32. Bebida alcoólica é um problema na comunidade? Há regras ou restrições da comunidade para o comércio de bebida alcoólica?



Percepções e rotina familiar foram temas do Levantamento Socioambiental em entrevistas feitas nos domicílios (casas).

Carol Da Riva, 2008

Madalena Costa Horácio conduz entrevista do Levantamento Socioambiental na comunidade Itapereira, Médio Rio Negro.

Camila Barra / ISA, 2016

Perguntas da entrevista com as famílias:

1. Nome do entrevistado(a).
2. Número de moradores da casa.
3. Quais as espécies/variedades que mais pesca no verão? E no inverno?
4. A pesca é suficiente para o sustento da sua família?
5. Com que frequência você vai pescar?
6. Como estão os peixes, comparando com cinco anos atrás: Diminuíram de tamanho? Se sim, quais espécies? Diminuíram de quantidade? Se sim, quais espécies? Estão mais ariscos? Se sim, quais espécies?
7. A família tem vendido peixe? Com que frequência? Onde costuma vender? Qual o preço por quilo de peixe?
8. O que caçou no último mês?
9. Você tem cachorro que caça?
10. Algum tipo de caça deixou de existir na área da comunidade nos últimos anos? Se sim, quais espécies?
11. Quantidade de roças em mata primária (velha), em capoeira alta e baixa e tempo gasto para chegar nelas.
12. A família tem vendido produtos da roça? Para quem? Por quanto?
13. A família tem vendido algum produto de extrativismo? Para quem? Por quanto?
14. Em sua última viagem à cidade o que trouxe de rancho e outras mercadorias?
15. A família recebeu nos últimos 3 anos o seguro-defeso?
16. Como você avalia a alimentação da sua família (boa, razoável ou ruim)? Se a resposta anterior for ruim, quais as principais causas?
17. Sua família passou mais de 4 meses na cidade nos últimos 12 meses w(período de um ano)?
18. Tem uma casa na cidade ou vila? Onde?
19. Como faz para receber o dinheiro do Bolsa Família?
20. Principais mudanças na vida após a chegada do Programa Bolsa Família?

Censo populacional:

Junto ao Agente de Saúde, o pesquisador(a) anotou para cada indivíduo vivo morador da comunidade: data de nascimento, gênero (se mulher ou homem) e etnia.

Oficina do Grupo de Trabalho PGTA aconteceu na maloca da FOIRN em junho

A oficina de dez dias reuniu cerca de 40 pessoas representantes das cinco regionais da FOIRN e um grupo do povo Hupd'äh para analisar as informações levantadas. Houve dois momentos principais, um de revisão e análise do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS), e outro, mais extenso, de análise dos dados levantados nas entrevistas realizadas nas comunidades e sítios entre setembro de 2016 a março de 2017 – o Levantamento Socioambiental para os PGTA. Nele, pesquisadores da região visitaram todas as calhas e a maioria das comunidades de sete Terras Indígenas: Alto Rio Negro, Rio Apapóris, Balaio, Cué-cué Marabitanas, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa. Faz 20 anos que uma iniciativa semelhante a essa foi realizada, levantando dados econômicos e de censo populacional, na época do diagnóstico para a demarcação das Terras Indígenas.

O PRDIS foi uma iniciativa da FOIRN e do ISA cujo documento, de 2003, reúne uma série de reivindicações e de diagnósticos sobre a situação do Rio Negro em temas chaves como saúde, educação e cultura. Ou seja, dez anos antes do decreto da PNGATI, o movimento indígena do Rio Negro e parceiros organizavam suas propostas em um plano. Nesta oficina, além da apresentação do PRDIS, as reivindicações para os governos federal e estadual foram revistas pelos grupos que apontaram o que avançou, o que regrediu e fizeram novas propostas.

Para a análise dos dados do levantamento, cartazes com tabelas e gráficos foram expostos e os pesquisadores receberam um caderno com as principais informações. Ao todo foram realizadas

Com os resultados do levantamento realizado nas sete Terras Indígenas: Alto Rio Negro, Balaio, Cué Cué Marabitanas, Rio Téa, Rio Apapóris, Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II elaboramos um **mapa chamado RG das Comunidades**. Nele cada comunidade ou sítio entrevistado está localizado e vem acompanhado das seguintes informações: total populacional e número de famílias; proporção étnica e de idade; existência de escola e quais séries, plano político pedagógico. E também, existência de: radiofonia, orelhão, agente indígena de saúde e associação indígena que representa.

367 entrevistas coletivas com as comunidades e sítios. Já as entrevistas **familiares somam 3.544**, totalizando 23.919 pessoas alcançadas pela pesquisa - um verdadeiro raio X da região. Algumas das informações que merecem destaque são: o **perfil jovem da população**; a marcante presença de **benzedores** nas comunidades; a quantidade alta de escolas nas comunidades mas sem infraestrutura e sem planos pedagógicos reconhecidos; que grande parte das comunidades estão isoladas,

Participantes da Oficina PGTA na Maloca da FOIRN observam mapa que traz o RG das Comunidades que participaram do Levantamento Socioambiental.



Juliana Radtler/ISA, 2017

sem meios de comunicação operantes e que praticamente todas as famílias pescam e cultivam roças.

As informações recolhidas nesse levantamento formam uma base de dados atualizada e organizada que pode servir de fonte para: propostas de políticas públicas para a região e propostas das comunidades para organização interna e governança nas comunidades e sub-regiões. Os grupos de trabalho da oficina analisaram essas informações por meio de um guia com perguntas orientadoras para cada tema.

As mulheres participantes sentiram falta de um espaço para discussão de questões de interesses delas.

O grupo de 10 mulheres então se reuniu, discutiram questões relativas à saúde e violência contra a mulher, entendendo que esses temas devem ser abordados pelos PGTAs e encaminharam que:

- as consultas nas regiões devem privilegiar um momento de discussão apenas das mulheres
- planejamento familiar é um tema de interesse comum e poderia ser assunto para uma oficina na Maloca da FOIRN e
- é preciso aumentar o interesse e a participação das mulheres na elaboração dos PGTAs.

A oficina foi finalizada com a etapa de planejamento onde cada região estabeleceu uma agenda para que os pesquisadores junto com lideranças cheguem até as comunidades estratégicas de cada região e socializem esses dados revisando e priorizando-os de acordo com os planos e interesses das comunidades. Há assim um intervalo de cinco meses para estas consultas visto que a próxima oficina do GT PGTA está prevista para início de novembro em São Gabriel da Cachoeira.

Parte do grupo de participantes da Oficina PGTA, na sede da FOIRN em São Gabriel da Cachoeira.

Juliana Radler/ ISA, 2017



Destaques dos resultados do levantamento, discussões e recomendações do GT PGTA

Raio X e perfil geral da população e regiões

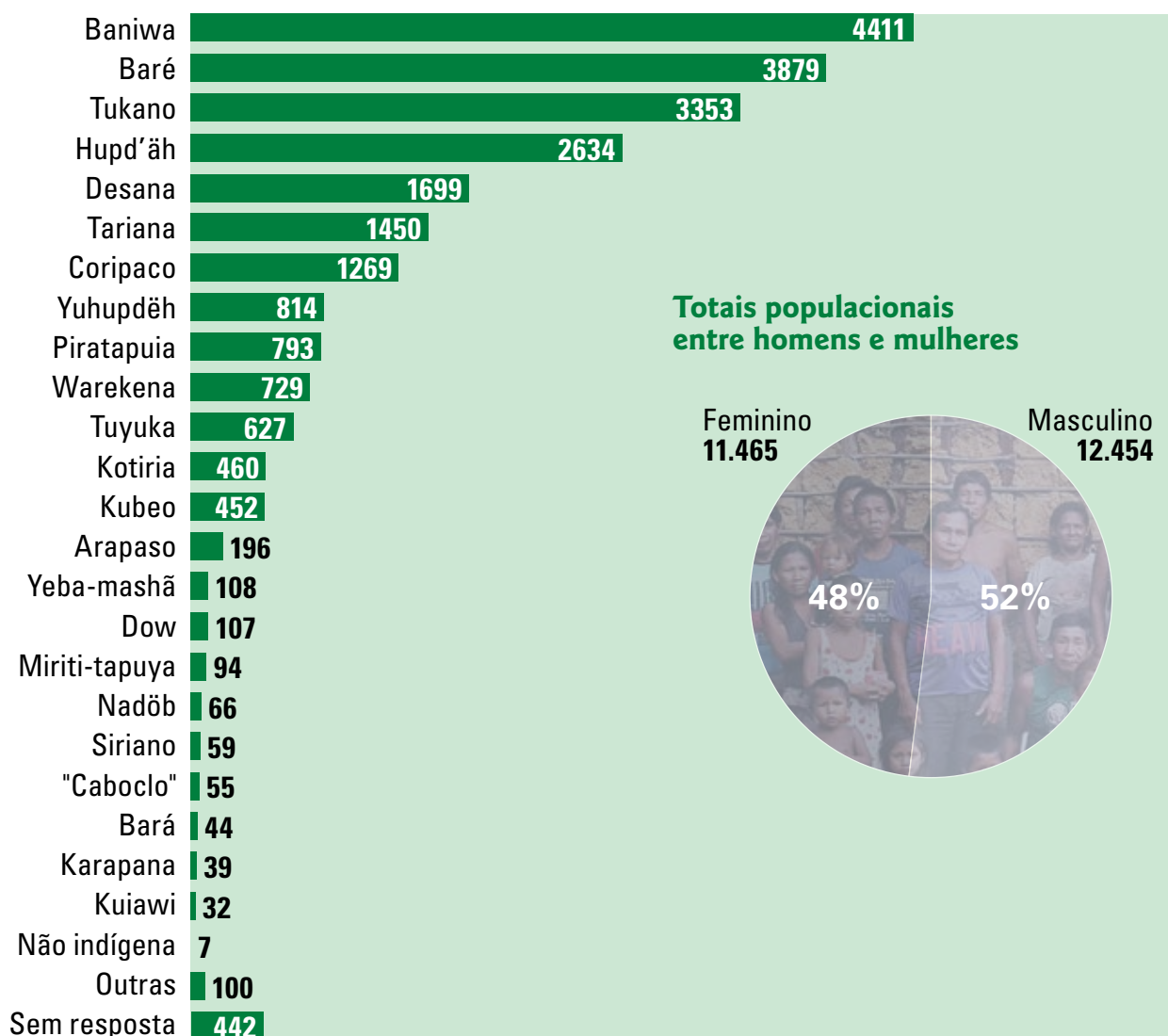
As comunidades declararam nas entrevistas que existem 5.059 famílias e 23.671 pessoas residindo nas sete Terras Indígenas envolvidas no Levantamento Socioambiental. O censo que foi feito pelos pesquisadores em campo com apoio dos agentes indígenas de saúde e suas anotações resultam em números um pouco diferentes:

23.919 pessoas e 3.544 famílias.

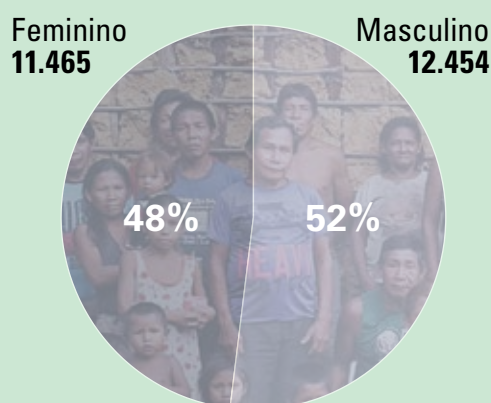
A grande diversidade de povos indígenas da região apareceu em números por

cada etnia. O destaque que foi muito comentado na I oficina do GT PGTA é o número alto da população Hupd'ah com 2.634 pessoas, sendo a quarta maior etnia, abaixo dos Baniwa (4.411), Baré (3.879) e Tukano (3.353). No gráfico abaixo, os dados para todas as etnias: A partir do censo populacional, contagem de pessoas e etnias, calculamos também a quantidade total de mulheres e homens. O resultado é que existe um

População por etnias



Totais populacionais entre homens e mulheres



pouco mais de homens do que mulheres, a diferença é de 989 homens a mais. Outro aspecto que chama atenção e foi discutido nos grupos da oficina GT PGTA é a alta quantidade de crianças e jovens, em relação ao número de idosos no total da população.

São **11.110 crianças e jovens de 5 a 24 anos, o que representa quase a metade (46,45%)** do total, e **1.989 idosos com mais de 60 anos**, o que resulta pouco mais de **8%** do total.

Quais são os problemas de uma sociedade cuja geração de anciões é pequena? Que significa ser jovem e indígena na sociedade brasileira de hoje? Como o PGTA pode lidar com essa questão? As famílias rionegrinas têm o costume de viajar e mudar-se, o levantamento fez algumas perguntas sobre migração e os destaques são: a maior parte das famílias das comunidades e sítios entrevistadas que saiu das comunidades desde 2010 mudou-se para São Gabriel da Cachoeira e o principal motivo é a busca por educação escolar, seguido pela procura de melhores condições para obter renda.

Em todas as Terras Indígenas, um total de 583 famílias se mudaram das comunidades. Isso não quer dizer necessariamente que elas saíram das Terras Indígenas, muitas vezes se trata de famílias que se mudaram da comunidade para morar em outras comunidades e núcleos maiores como Iauaretê, Pari Cachoeira e Taracua. Na TI Alto Rio Negro, por exemplo, 194 famílias mudaram para São Gabriel da Cachoeira e 176 famílias mudaram para “outros lugares dentro Brasil” sendo que “outros lugares” quase sempre se refere aos núcleos urbanos e comunidades maiores com Ensino Fundamental II e Médio.

Notamos que nas regiões Alto Rio Negro (trecho de rio, não a Terra Indígena), Baixo Uaupés e Baixo Içana mais famílias mudaram-se para São Gabriel do que para “outros lugares”. Em outras regiões como Iauaretê, ou Balaio, que fica muito perto da São Gabriel, quase toda a migração é para lá. Santa Isabel do Rio Negro é o destino predominante para a região Médio Rio Negro ACIR. Um número muito semelhante de famílias do Médio Rio Negro ACIBRN mudou para Santa Isabel, São Gabriel da Cachoeira e Manaus. Nas regiões do Alto Içana, Alto e Médio Uaupés, Tiquié inteiro e o Papuri, um número maior de famílias mudou-se para “outros lugares” do que para São Gabriel. Nesses casos parece que os destinos: Iauaretê, Taracua e Pari-cachoeira cumprem a procura das famílias por educação e renda. Segundo os dados do levantamento de 2016 e 2017, mudanças para Manaus são raras, enquanto mudanças para “fora do Brasil” aconteceram no Xié, com seis famílias, e no Ayari, com duas.

Além de aliar novas tecnologias e conhecimento tradicional, destacamos outras recomendações a partir das discussões dos grupos durante a oficina do GT em junho:

- os PGTA's deveriam considerar espaços e processos de formação para os jovens sobre conhecimentos indígenas, valorizar os anciões e seus conhecimentos para que pudessem transmitir seus saberes aos mais jovens
- a elaboração de cursos e processos de formação política e de direitos indígenas para envolver os jovens na gestão dos territórios e do bem viver nas comunidades e
- promoção de agendas culturais e esportivas para que os jovens possam ter lazer e momentos de intercâmbio.

lamina flap

lamina flap

lamina flap

lamina flap

lamina flap

lamina flap

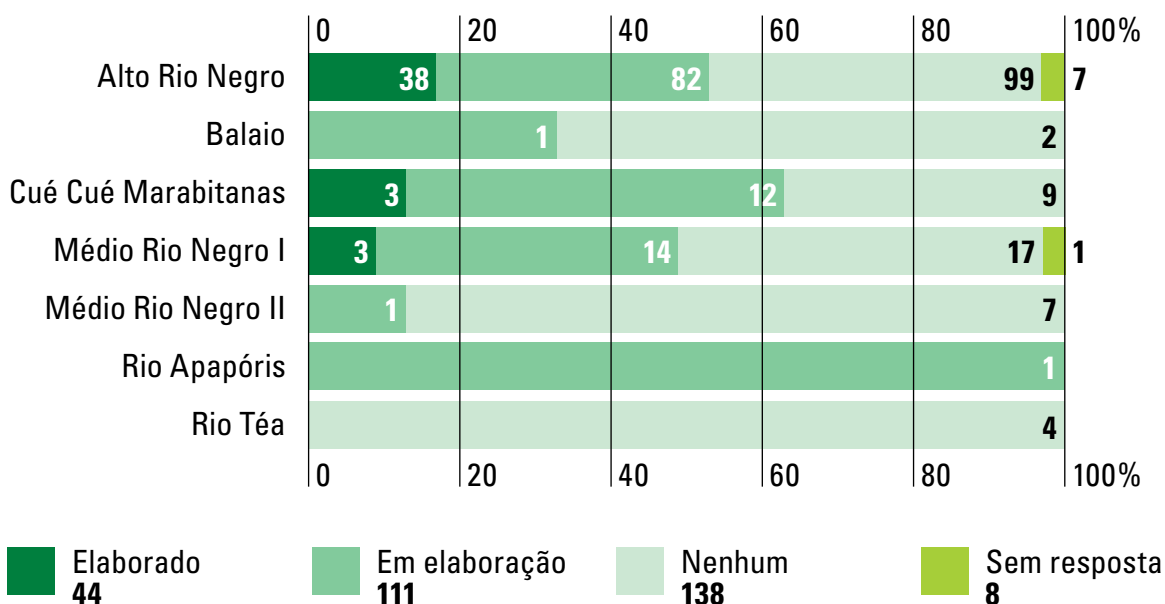
Política de educação indígena nas comunidades tem falhas e pode melhorar

Desde o final dos anos 1990, depois de muita articulação do movimento indígena, a Política de Educação Escolar Indígena Diferenciada foi implementada no Rio Negro. No início, FOIRN e ISA, com apoio da Fundação Rainforest (RFN), implementaram as escolas indígenas piloto, apoiando as associações de pais e mestres, construindo escolas e elaborando os Planos Políticos Pedagógicos (PPPs). Esses Planos que hoje são chamados de PPPIs, com “i” de indígena, claro, e são como PGTA’s para o universo de cada escola. É nesse documento que a comunidade descreve as prioridades, metodologias e calendários para o ensino a partir da experiência escolar. É desejável que cada escola indígena tenha o seu PPP que deve ser reconhecido pelos setores governa-

mentais responsáveis. O caráter único, específico para cada situação e feito de forma colaborativa pela comunidade, foram as grandes inovações da Política de Educação Escolar Indígena Diferenciada. Após os anos 2000 a experiência de sucesso com as escolas indígenas piloto (no Içana, Tiquié e Uaupés) começam a virar modelo para o Ministério da Educação e sobretudo para a Secretaria de Educação de São Gabriel da Cachoeira, responsável pelo Ensino Fundamental I e II (do primeiro ao nono ano). Os dados do levantamento mostram que a maioria das escolas não tem PPP ou ele está em elaboração. Veja no gráfico abaixo.

Na discussão em grupos durante a oficina do GT PGTA, ficou evidente que o processo de elaboração e reconhecimento dos PPPIs precisa de uma atenção especial. Pelo que foi discutido, há problemas de falta de acompanhamento para elaboração e implementação dos PPPIs; o Conselho de Educação é lento na condução da leitura e aprovação e as escolas e comunidades muitas vezes

Existência de plano político pedagógico das escolas por Terra Indígena

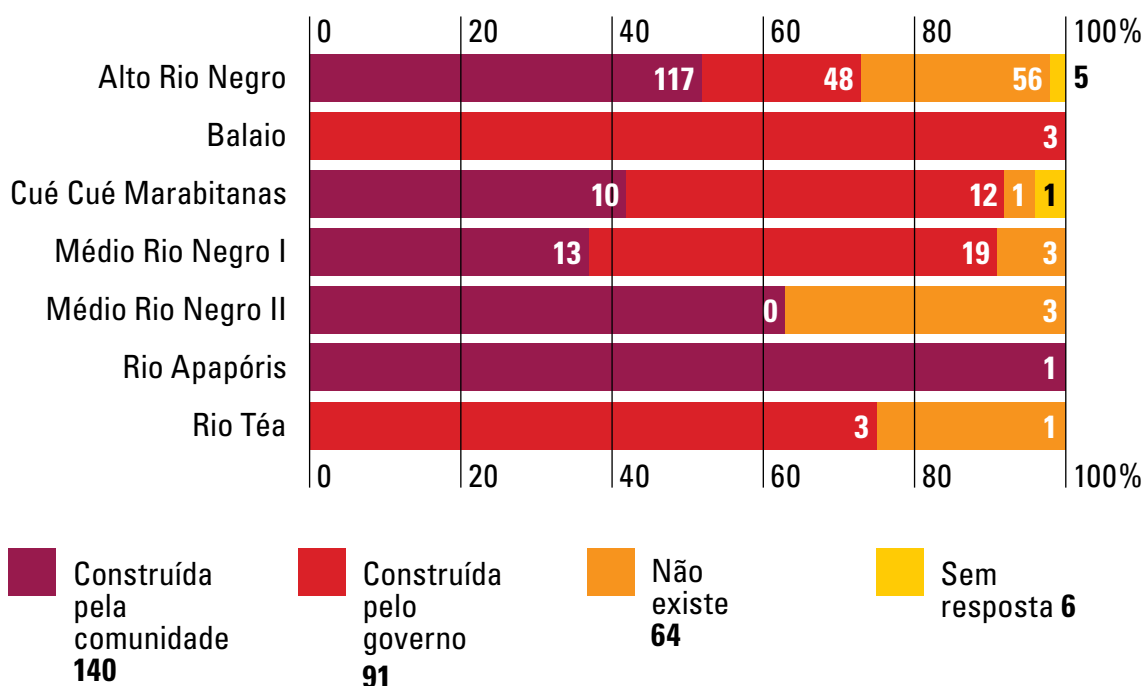


ficam sem saber qual é o status do Plano, se foi aprovado ou não. Atualmente muitas comunidades entrevistadas no levantamento PGTA contam com, pelo menos, o Ensino Fundamental I, como podemos ver no mapa da página 20. Os dados mostram que o Alto Tiquié, Alto Uaupés e Apapóris e Traíra são as regiões com um número menor de comunidades com escolas, 50% ou menos das comunidades nessas regiões têm Ensino Fundamental I. No entanto, no Alto Tiquié, por exemplo, as comunidades localizam-se próximas umas das outras, o que permite, caso haja transporte adequado, que uma comunidade receba alunos de comunidades vizinhas. Parece que o melhor investimento nessa região é em transporte e reformas das escolas já existentes. Já em regiões onde as distâncias entre as comunidades são maiores, cada comunidade deveria ter sua própria unidade escolar.

No gráfico abaixo é possível notar que a maioria das escolas da região foram construídas com esforços dos moradores das comunidades, cerca de 38% de todas as escolas existentes na região foram construídas, ao menos em partes, pelo governo.

Vale lembrar que em fevereiro de 2017 a partir de um termo de responsabilidade articulado pelo Ministério Público: ISA, FOIRN, Funai, Secretaria de Educação do Estado do Amazonas, Secretarias de Educação das Prefeituras de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, Ministério da Educação, entre outros parceiros, se comprometeram em **construir ou reformar 50 unidades escolares em caráter de emergência** e a curto médio prazo nas comunidades indígenas de Barcelos, Santa Isabel e São Gabriel da Cachoeira. Fica a tarefa para a FOIRN, coordenadorias e associações acompanhar e cobrar para que o compromisso seja cumprido.

Estrutura física da escola por Terra Indígena



Vale ressaltar que somente 32 comunidades das entrevistadas disseram ter Ensino Médio, calculamos 948 alunos e alunas, isso para as sete Terras Indígenas, ou seja, apenas quase **4% da população total cursa o Ensino Médio nas comunidades** da região pesquisada. Com o levantamento descobriu-se também que 308 (1%) pessoas formaram-se e 372 (1,5%) cursam o Ensino Superior. Os cursos mais citados pelos entrevistados são: Biologia, Física, Geografia, Letras, Licenciatura Indígena, Magistério Indígena, Matemática, Pedagogia e Sociologia.

Aspecto importante da política de educação e segurança alimentar é a merenda regionalizada, aquela formada pelos produtos e receitas da produção local, da roça e da pescaria, por exemplo. 95 escolas das comunidades entrevistadas já adquiriram merenda produzida pelas famílias locais. Contudo, os relatos expressam que, por dificuldades com pagamento às famílias produtoras da merenda e prestações de contas, a prática foi interrompida, mesmo sendo parte de uma política pública. A maioria das experiências com merenda regionalizada ocorreu nas regiões do Entorno de São Gabriel e no Médio Rio Negro, área de abrangência da associação AKHOIWI, e na Terra Indígena Balaio. Durante o período de 2005 a 2008, a Secretaria de Educação de São Gabriel da Cachoeira valorizou e investiu nas escolas diferenciadas articulando-se com as associações escolares para a compra de merenda regionalizada e acompanhamento de elaboração e implementação dos PPPs. Nos grupos discutiu-se como a política que valoriza a merenda local é importante e que necessita de uma adequação para a sua execução e sobretudo prestação de contas.

Plano de Aquisição de Alimentos – PAA

O que é? Política pública que promove a compra de alimentos dos produtos rurais indígenas ou não pelo governo. Esses alimentos podem ser usados nas merendas das escolas.

Por que não funciona no Rio Negro? Porque há muitas exigências para o indígena produtor ser cadastrado. É preciso muitos documentos e, também, ao vender o produtor ou associação precisa emitir nota fiscal de comprovação. Como o PGTA pode contribuir para melhorar essa situação? Ativando um controle social e dialogando com os setores do governo para que a política seja adequada à realidade. E o que mais?

“A merenda regionalizada reforça a ligação entre escola e comunidade que ganham autonomia, reduz a produção de lixo e aumenta a qualidade nutricional da merenda.”

Trecho de apresentação da Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX) na I oficina GT PGTA.

Resumo das recomendações dos grupos para a temática de educação:

- aprimorar a coordenação entre Secretaria Municipal de Educação SEMEC e a Secretária Estadual (SEDUC) para melhor aproveitar os recursos humanos e financeiros
- promover articulação entre os PGTAs e os PPPI's. Os dois instrumentos podem servir para valorização cultural, segurança alimentar e sustentabilidade econômica
- maior engajamento dos formados em Ensino Superior nas escolas e gestão territorial e
- o conteúdo e calendário do programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) precisa de adaptação à realidade indígena rionegrina.

Sem comunicação, as comunidades ficam em condições precárias de atendimento à saúde

Como podemos ver no mapa da página 20, poucas são as comunidades, 90 (24,5%), que possuem radiofonia funcionando, com grande esforço da FOIRN para ampliar a rede de estações nos últimos dez anos. No caso dos orelhões públicos, apenas 31 (8,5%) comunidades possuem orelhões funcionando. Os relatos dos grupos de discussão da oficina trazem a memória de quando a rede de radiofonias funcionava com um plano de comunicação e as instituições que a usavam tinham horários específicos. Uma prática que junto às oficinas de manutenção de radiofonias deveria ser retomada, segundo os participantes da oficina. Orelhão, radiofonia e internet fazem falta sobretudo para articular a agenda do movimento indígena, bem como, para atendimento à saúde.

A boa notícia é que FOIRN e ISA estão trabalhando em um **plano de comunicação** que deve formar uma rede de dez comunicadores indígenas, retomar o programa na Rádio Municipal de São Gabriel da Cachoeira, organizar o uso das estações de radiofonia e impulsionar os canais de comunicação e redes sociais da FOIRN com vídeos e notícias produzidas pelos comunicadores. Com a rede estabelecida, projetos podem ser formulados e políticas de inclusão digital e comunicação podem ser trazidas para a região. A fofoca vai aumentar e fazer as novidades e agenda do movimento indígena circular mais, contribuindo para o controle social.

Problemas com lixo, consumo de produtos industrializados e energia

Os problemas com lixo são diversos, mas o destino para pilhas e plásticos parece ser o mais complicado. Dentro das pilhas e baterias existem produtos que contaminam os peixes e as águas e podem contaminar as pessoas que bebem dessa água e comem desse peixe. A maioria das comunidades respondeu que não há destino certo para as pilhas e em segundo lugar o destino mais citado foi “depositar em algum canto próprio”. Boa parte das comunidades (83%) queima o plástico usado. A queima do plástico, se em grande quantidade, pode ser prejudicial à saúde respiratória das pessoas, bem como contaminar os solos e rios. De toda forma, não há outras formas de se livrar do lixo no momento a não ser diminuir o consumo de plásticos que em sua maioria vem de bens industrializados, alimentos e fraldas plásticas. Alguns grupos apontaram que os planos de gestão devem conter política de resíduos sólidos e que o ideal seria haver uma logística reversa para trazer o lixo de volta à São Gabriel da Cachoeira que por sua vez deveria contar com um destino mais adequado do que o lixão a céu aberto. Segundo o levantamento, o combustível está entre os dez produtos mais consumidos quando as famílias fazem compras nos mercados. O combustível é bastante consumido para a locomoção das pessoas obviamente, mas também para a produção de energia. Destaque do levantamento no tema de energia foi





Lixão a céu aberto localizado na sede municipal de São Gabriel da Cachoeira denuncia situação precária.

Juliana Radler/ISA, 2017

a quantidade de motores de luz familiares que existem nas comunidades: 743, sendo que é na TI Alto Rio Negro que se localiza a maioria deles: 490 e em seguida estão os 114 da TI Médio Rio Negro I. Somados aos motores de luz comunitários funcionando, 71, temos um total de 814 geradores de luz nas comunidades e sítios das sete Terras Indígenas.

Para a compra de diesel e funcionamento dos motores de luz comunitários, o levantamento indicou que a maioria das comunidades organiza contribuições familiares.

O sol é outra importante fonte de energia nas comunidades, mas o uso ainda é reduzido e restrito a estações de radiofonia ou estruturas de saúde, 79 comunidades (21%) mencionaram possuir equipamentos de energia solar.

O mapa da página 20 mostra algumas das Pequenas Centrais de Energia Elétrica que existem na região.

De acordo com o grupo da Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco (CABC)

“O PQTA deve direcionar uma política de geração de energia distribuída e local, que se adeque às realidades e potencialidades das comunidades, que sejam fontes de energia elétrica alternativas e sustentáveis.”

Saúde: como andam os atendimentos e os casos de doenças

Segundo o levantamento, em nenhuma região a maioria, ou seja, a opinião de mais da metade das comunidades, considerou o atendimento à saúde como sendo bom. As regiões que parecem mais satisfeitas são: Médio Tiquié, onde 44% das comunidades avaliaram como bom e Iauaretê, onde: 40% avaliou como bom e 60% como razoável. Vale lembrar que nessas duas regiões existem polos-base, o que facilita o atendimento. Em quatro regiões, mais da metade das comunidades avaliaram o atendimento como sendo ruim: Apaporis e Traíra (75%), Baixo Tiquié (86%), Balaio (67%) e Médio Içana (52%). No Baixo Tiquié as comunidades parecem mais insatisfeitas, 86% delas avaliaram o atendimento como sendo ruim.

Em geral, a população reclama que o número de atendimentos dos profissionais de saúde nas comunidades diminuiu em comparação com anos anteriores. Para os últimos 12 meses (1 ano) o levantamento apurou que:

Quando olhamos, por exemplo, para o número de atendimentos de médicos na TI Alto Rio Negro: 179, podemos achar que isso é bastante, mas sabendo que nessa TI entrevistamos 258 comunidades, conclui-se, então, que houve menos de um atendimento por comunidade em um ano.

A tabela da página 30 mostra que **em média há um agente indígena de saúde (AIS) para cada 95 pessoas**, mas que existem diferenças entre as regiões e situações. Iauaretê é a região com menos AIS por quantidade pessoas atendidas: 1 agente para 214 pessoas.

Região	População	Número de Comunidades	Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e população atendida		Benzedores em relação à população	
			Número de Agentes Indígenas de Saúde	Pessoas atendidas por um AIS	Número de Benzedores	Pessoas atendidas por um benzedor
Alto Içana	1121	13	12	93	0	0
Alto Rio Negro	2581	41	34	76	43	60
Alto Tiquié *	1487	18	16	93	60	25
Alto Uaupés	771	15	12	64	45	17
Apaporis e Traíra	526	4	3	175	13	40
Ayari	1114	18	14	80	48	23
Baixo Içana	1399	13	12	117	21	67
Baixo Tiquié	429	7	6	72	27	16
Baixo Uaupés	940	12	14	67	51	18
Balaio	315	3	3	105	7	45
Entorno SGC	784	13	6	131	6	131
Iauaretê	2570	10	12	214	65	40
Médio Içana	1457	21	18	81	9	162
Médio Rio Negro ACIBRN	843	13	9	94	31	27
Médio Rio Negro ACIR	919	12	11	84	32	29
Médio Rio Negro AHKOIWI	1670	13	12	139	62	27
Médio Tiquié	2374	27	20	119	120	20
Médio Uaupés	882	20	15	59	62	14
Papuri	835	18	13	64	56	15
Xié	902	12	9	100	12	75
TOTAL	23.919	303	251	95	770	31

* incluindo Pari Cachoeira

A maioria dos grupos de discussão do GT PGTA recomendou a valorização do trabalho do agente indígena de saúde, com remuneração, e cursos de formação com produção de conhecimento tradicional e da medicina dos brancos. Além disso, a inclusão de benzedores e parteiras nos protocolos de atendimento público, seja em hospitais ou em postos de atendimento.

De todas as comunidade e sítios entrevistados, 219 responderam ter ao menos um “importante benzedor”. Somam-se 770 benzedores em todas as comunidades e sítios entrevistados. Como o total da população pelo censo é de 23.919 pessoas, calculamos que em média há **um benzedor para cada 31 pessoas**. Na tabela acima podemos notar a realidade para cada região do levantamento.

“Benzedores devem fazer parte dos PGTA’s, são figuras importantes para orientar o uso adequado do território”

Proposta apresentada pelo grupo da Coordenação das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI) que resume bem o que todos os grupos consideraram.

“O benzimento é primeiro, cabeça do PGTA. Se não benze, tem suicídio, criança morre. Toda vida depende de benzimento, de cercar a comunidade. Se não fizer benzimento a roça não sobe, a criança morre. Cercando o alto, o subterrâneo, toda a comunidade, se não o dono das minhocas traz doença para Hupd’ah vivo... Benzer bem o nosso lugar de estar... benzer bem com breu para consertar a nossa comunidade. Isso mesmo que nós estamos pensando nesse PGTA, dentro da PNGATI.”

Américo Socot – Hupd’ah (Coordenador PGTA)

Casos de malária nos últimos dois anos por região relativo ao total populacional

Região	População	Total de Casos de malária nos últimos dois anos	Por 100 habitantes (Por volta de)
Alto Içana	1121	138	12
Alto Rio Negro	2581	292	11
Alto Tiquié	866	117	14
Alto Uaupés	771	126	16
Apapóris e Traíra	526	137	26
Ayari	1114	99	9
Baixo Içana	1399	130	9
Baixo Tiquié	429	92	21
Baixo Uaupés	940	504	54
Balaio	315	28	9
Entorno SGC	784	545	70
Iauaretê	2570	582	23
Médio Içana	1457	220	15
Médio Rio Negro ACIBRN	843	199	24
Médio Rio Negro ACIR	919	42	5
Médio Rio Negro AHKOIWI	1670	231	14
Médio Tiquié	2374	677	29
Médio Uaupés	882	259	29
Papuri	835	134	16
Pari Cachoeira	621	sem informação	
Xié	902	88	10
TOTAL	23.919	4.640	19



Atendimento à saúde para os povos Hupd'äh e Yuhupd'äh improvisado em barracões

Bruno Marques, 2013

Malária e mordidas de cobra

Nos últimos dois anos a população rio-negrina vem sofrendo com o aumento dos casos de malária. Pelo levantamento, as regiões com maior número de casos em relação à quantidade de população são o Entorno de São Gabriel e o Uaupés, sobretudo o baixo. No Entorno foram 70 casos para cada 100 pessoas em dois anos e para o Baixo Uaupés 54 casos, veja na tabela da página 31. Por que essas regiões? Parece que o foco do mosquito que transmite malária concentra-se na sede de São Gabriel, em ambiente mais urbanizado, e como muitas pessoas viajam para a sede, pegam a malária e transmitem a doença para os parentes nas comunidades.

O levantamento também registrou um total de 266 casos de mordidas de cobra, em dois anos, para toda a área da pesquisa. Sabendo que o total populacional é de 23.919, temos que aproximadamente **1%, ou seja, uma pessoa a cada 100, sofreu mordida de cobra, em dois anos.** Pelos dados do levantamento parece não haver variação entre as regiões, exceto o Médio Uaupés, onde o número de casos nesses dois últimos anos foi significativamente maior. Para entender melhor o padrão e as razões dessa diferença precisamos de uma pesquisa mais aprofundada incluindo os conhecedores locais e por um período mais longo.

Saúde e violência

Nos últimos dois anos foram 45 casos de suicídios, sendo que 39 deles (65%) foram cometidos por pessoas de 15 a 29 anos. Desse total de 45:

25 foram cometidos por homens, 11 por mulheres e para 9 não temos a informação sobre gênero. Sendo que 53% dos casos de suicídio ocorreram entre o povo Hupd'äh.

Esses dados são preocupantes e aliam-se ao que o Mapa da Violência: jovens do Brasil (2014, da Unesco) revelou, que São Gabriel da Cachoeira tem o maior índice de suicídios de jovens indígenas do país. No caso do estudo da Unesco, em cinco anos, de 2008 a 2012, foram registradas 73 suicídios no município, desses, 51 foram de jovens.

Nos grupos de discussão do GT PGTA o consumo de bebidas alcólicas foi associado aos casos de violência, sobretudo homicídios e suicídios de jovens.

No levantamento, das 367 comunidades e sítios entrevistados, 131 (36%) disseram ter problemas com bebidas alcólicas. Ademais, 76 comunidades (21%) responderam que têm regras internas de comercialização de bebidas alcólicas.

Propostas levantadas na oficina GT PGTA:

- realização de campanhas que tragam informações sobre como são feitas e agem no corpo os diferentes tipos de bebidas
- elaborar acordos de convivência que regulamentem a comercialização de bebidas alcólicas
- estimular que jovens, acompanhados de lideranças mais velhas, façam o papel de mediador de conflitos e participem das tomadas de decisões nas comunidades
- valorização dos benzimentos para orientar os jovens.

Lideranças em comemoração dos 30 anos de fundação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), na Casa dos Saberes em São Gabriel da Cachoeira.



Ray Barnival/FOIRN, 2017

Dados indicam a ampla extensão e presença do movimento indígena do Rio Negro

Desde 1970 a região do Rio Negro conta com mobilizações de suas populações em busca de seus direitos. Se as primeiras associações datam desta época, desde o final dos anos 1980 a região conta com uma Federação indígena, a FOIRN, que atua em objetivos comuns das populações desta região tão diversa. A constituição federal de 1988 prevê como direito dos povos indígenas a possibilidade de se organizarem como pessoas jurídicas.

Atualmente, de 300 comunidades, sem contar os sítios, pesquisadas no PGTA, 247 participam de associações ligadas à Federação, o que corresponde a 82% das comunidades. Somente na TI Alto Rio Negro, 181 comunidades fazem parte de associações de base ligadas à FOIRN. Ou seja, foi registrado que a maioria das comunidades está envolvida com uma associação indígena.

No entanto, isso não significa que todas as associações estão ativas e regularizadas. Muitos moradores responderam que as associações não realizam mais trabalhos que articulem diferentes comunidades e há pouca socialização e comunicação das atividades do movimento indígena. Outro problema são os documentos legais necessários para o funcionamento pleno das associações. Muitas delas precisam regulamentar seu CNPJ, outras não registraram seus estatutos e atas no cartório e assim ficam impossibilitadas de acessar grande parte dos editais ou estabelecer parcerias.

Para 25% das comunidades entrevistadas, o maior entrave para o bom funcionamento das associações é a falta de recursos. Há também casos onde o que falta é articulação política e a representação das lideranças é questionada. Frequentemente, estes motivos estão relacionados e se agravam criando um cenário, ou ciclo vicioso, onde é difícil superar as dificuldades.

Os cinco principais motivos de dificuldades das associações de acordo com o levantamento:

- Falta de recursos para atuação
- Falta de disponibilidade da diretoria
- Pendências institucionais e dívidas
- Dificuldade de entendimento/ conflitos entre as comunidades
- Falta do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Um dos objetivos desse levantamento é que associações, cientes de seus pontos fortes e fracos, possam se articular e realizar suas propostas de defender os direitos dos povos indígenas, realizar controle social e propor atividades de incentivo ao bem viver.

Protagonismo indígena e diversidade de iniciativas é registrada

Desde a década de 1990, o movimento indígena e seus parceiros realizam projetos pilotos que aliam inovação e tradição. Por meio destas iniciativas o diálogo entre os saberes indígenas e os produzidos nas universidades e centros de pesquisa são colocados em diálogo com a mediação de técnicos (assessores) e conhecedores indígenas. Com os projetos de piscicultura espécies de peixes nativas foram estudadas e reproduzidas. As escolas indígenas trouxeram para o currículo escolar conhecimentos e práticas do Rio Negro fortalecendo línguas indígenas, aproximando gerações e utilizando a prática da pesquisa como ferramenta de ensino. Já os projetos de geração de renda criaram uma rede de casas de pimentas que hoje mantem uma marca amplamente distribuída no Brasil, criaram a loja Wariró, o selo Rio Negro e projetos de turismo de base comunitária. Todas essas iniciativas têm em comum o protagonismo indígena, o compromisso com a conservação da floresta e sua diversidade construída pelo manejo indígena do território e o objetivo de incentivar o bem viver nas Terras Indígenas.

Das 367 comunidades e sítios entrevistadas no levantamento, quase um terço delas (98) participaram de alguma iniciativa nos últimos dois anos. Foram registrados dezoito (19) parceiros que realizam estas iniciativas, na maior parte com as associações indígenas filiadas à FOIRN. As áreas de atuação destas iniciativas envolvem educação, geração de renda e produção, manejo, pesquisa intercultural, medicina tradicional e fortalecimento do movimento indígena.

Nas discussões da oficina GT PGTA, as associações de base e iniciativas lideradas por elas foram destacadas como importantes polos e eixos de governança indígena. Apresentaram que o principal papel das associações é representar as comunidades e sua área de abrangência, ou seja, trazer planejamentos e demandas das comunidades para instituições de referência. Outro ponto é contribuir para mobilização em encontros e assembleias das comunidades e dessa forma apoiar a implementação dos Planos de Gestão. A prática dos benzimentos e o conhecimento dos mais velhos também foram destacados como importantes para as iniciativas das associações na gestão e bem viver das comunidades.

Propostas para os PGTA's:

- incentivar o intercâmbio entre benzedores de diferentes regiões. Deve-se valorizar benzimentos de proteção e para diferentes ciclos da vida e
- promover momentos para as falas dos mais velhos, motivar conselhos de anciões nas instâncias de governança e fortalecer seus laços com os mais jovens.

De acordo com a Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN), as associações deveriam apoiar a

“Revitalização cultural indígena e representar politicamente as comunidades. Um tipo de projeto que as comunidades atualmente têm interesse em trabalhar via associações é de turismo de base comunitária”.



Juan Gabriel Soler, 2012

3.544 famílias rionegrinas foram entrevistadas para o Levantamento Socioambiental que servirá de base para a elaboração dos PGTAs da região.

Resultados das entrevistas com as famílias: pescaria, roça e caça

Para entender melhor o que as 3.544 famílias disseram, os resultados foram organizados conforme regiões. As sete Terras Indígenas são muito extensas e com situações ecológicas e sociais distintas, por isso analisar comparando as TIs pode esconder importantes diferenças entre as realidades. Por exemplo, a situação das famílias de Iauaretê ou Pari Cachoeira é bem diferente das famílias que moram em comunidades no Baixo Içana ou Alto Tiquié, embora todos esses lugares estejam na Terra Indígena Alto Rio Negro. Assim, as respostas foram agrupadas em 21 regiões: Ayari, Alto Içana, Alto Rio Negro (o trecho do Rio Negro, não a Terra Indígena), Alto Tiquié, Alto Uaupés, Apaporis e Traíra, Baixo Içana, Baixo Tiquié, Baixo Uaupés, Balaio, Entorno de São Gabriel, Iauaretê, Médio Rio Negro ACIBRN (Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro), Médio Rio Negro ACIR (Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas), Médio Rio Negro AHKOWI (Associação Água e Terra), Médio Içana, Médio Tiquié, Médio Uaupés, Papuri, Pari Cachoeira e Xié. Veja o mapa da página 23 que ilustra a localização das regiões.

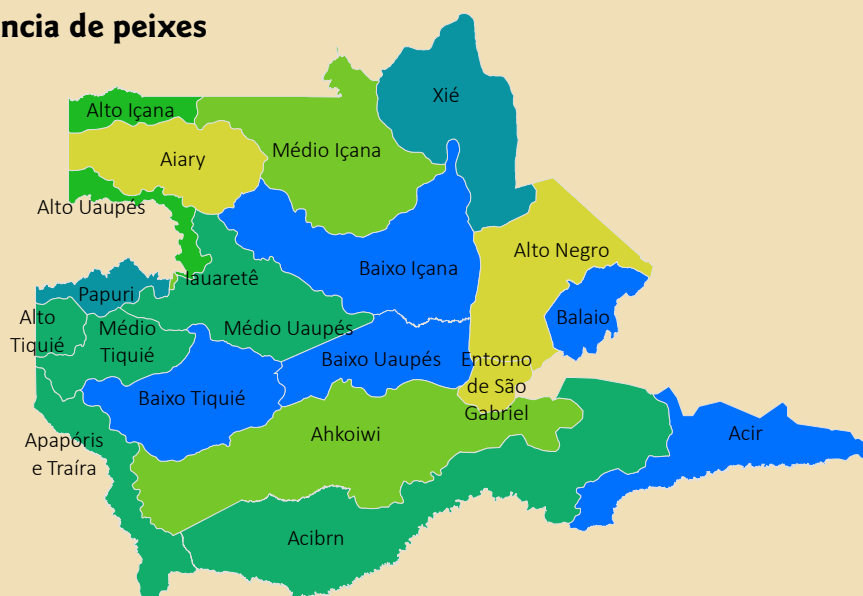
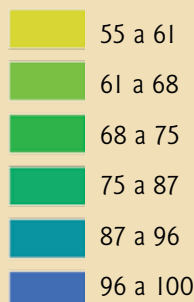
Pescaria

Das 21 regiões, somente em Iauaretê e Pari Cachoeira existe uma parte significativa da população, aproximadamente uma quarta (25%) e uma terça parte (33%) que não praticam a pesca. Embora há bastante diferença em relação a frequência de pesca citada pelas famílias, a maioria pesca entre 2 a 3 vezes por semana. As regiões onde a maioria das famílias pescam mais que 3 vezes por semana e até diariamente são: Ayari, Alto Rio Negro, Baixo Içana, Entorno de São Gabriel, Meio Rio Negro AHKOWI e Médio Uaupés. Os lugares onde a pescaria é menos frequente, uma vez por semana ou menos, são: Iauaretê e Pari Cachoeira. Os peixes considerados importantes na pescaria mudam de região para região. Na pescaria de verão, os acarás são considerados importantes em todas as regiões. Acará na região da pesquisa é um nome dado a um grupo de peixes muito variado e que na classificação científica pertencem a diferentes gêneros, como *Aequidens*, *Laetacara*, *Apistogramma* e outros. Depois vem os aracus, mencionado em 19 regiões e as traíras, mencionada em 18 regiões, como sendo importante, seguida pelos tucunarés (14 regiões) e jacundá (11 regiões). Os aracus são conhecidos na ciência como *Leporinus* spp., as traíras, *Hoplias* spp., os tucunarés, *Cichla* spp. e jacundá, *Crenicichla* spp. Em áreas de conhecida escassez de peixe como Alto e Médio Tiquié e Alto Içana a pesca de piaba é importante no verão. Piaba também é importante na pescaria de verão na Balaio, talvez pelo fato de ser uma região afastada dos grandes rios com pouca possibilidade de pescar peixes grandes. Somente no Médio Rio Negro ACIBRN, a piraíba,

Avaliação de suficiência de peixes

A pesca é suficiente para o sustento de sua família?

Satisfação (em %)



Brachyplathystoma spp. é considerada um peixe importante na pescaria de verão.

No inverno, o aracu também foi citado como importante em praticamente todas as regiões e traíra na maioria, mas os acarás e jacundás saíram da lista.

Nas citações de inverno aparecem jandiá e daguiru, *Centromochlus* spp. e em muitas regiões também o pacu, *Mylius* spp. e mandi, *Pimelodella* spp.

A sensação que a pesca não é suficiente para sustentar a família é grande, com quase a metade da população expressando essa opinião.

Nas regiões mais próximas à centros urbanizados: Iauaretê, Alto Rio Negro, Médio Rio Negro AHKOIWI, Alto e Médio Içana isso ficou mais evidente, embora, no Ayari, mais distante dos centros, também. Para as famílias entrevistadas no Baixo Uaupés, Baixo Tiquié e Balaio a pescaria foi avaliada quase que 100% como suficiente.

Em cinco das sete Terras Indígenas prevalece a opinião que os **peixes estão diminuindo**, as exceções são Balaio e Apapóris. Aracu, pacu e tucunaré são os mais citados. Diminuição de tamanho de peixes é um alerta importante, pois pode significar sobrepesca. Sobrepesca é quando a pescaria está muito intensa para aquela região, acima do limite do sustentável, ou seja, tira-se mais peixes do que eles são capazes de se repro-

duzir para manter a população deles.

Peixes com tamanho maior vivem mais e são mais lentos para se reproduzir. Se a pesca é muito intensa, os peixes grandes não têm tempo de se reproduzir e sobrevivem apenas os pequenos.

Em todas as regiões pesquisadas, com exceção do Papuri, **prevalece a percepção que os peixes estão diminuindo estoques, diminuindo em quantidade, e que os peixes também têm ficado mais ariscos.**

Aqui, novamente, aracu, pacu e tucunaré foram os mais citados.

Nas entrevistas, perguntou-se também se a família considera alimentação dela boa, razoável ou ruim.

Nos casos que a alimentação foi considerada ruim, a principal razão mencionada foi a falta do peixe.

Sobre se as famílias vendem peixes, somente em 6 das regiões a resposta foi positiva para mais da metade. Em nenhuma região a porcentagem das famílias que vende regularmente chega em 10% (um décimo da população). Regiões que ficam perto de 10% são Baixo Tiquié (9%), o Entorno de São Gabriel e a Apapóris e Traíra (ambas 8%). Entende-se assim, que a principal pescaria é para alimentação das famílias, uma pescaria de subsistência, podendo às vezes o peixe ser compartilhado ou trocado entres parentes ou ainda consumido em eventos comunitários.



Lucas Bastos
(Coordenador
PGTA e Agente
Indígena de
Manejo) pescando
no remanso da
Cachoeira Caruru,
no Alto Tiquié.

Juan Gabriel Soler, 2012

Caça

Em 16 regiões a metade (50%) ou mais da metade das famílias caçam. Cutias, pacas e queixadas são os mais mencionados como “animais caçados no último mês”.

Em 12 regiões a maioria acha que algum tipo de caça deixou de existir na área da comunidade. Animais mais mencionados como os que estão “deixando de existir na área” são: antas, queixadas e pacas. As observações de que há animais deixando de existir foram mais mencionadas no Ayari e Baixo Içana. Nas entrevistas, quando a alimentação foi considerada “ruim”, a falta de caça foi a razão mencionada em segundo lugar, depois da falta de peixe.

Roça

A maioria das famílias: 3.521 ou 92% tem roças. As regiões onde a agricultura parece ter menos importância são: Alto Rio Negro, Médio Rio Negro ACIR e Apapóris e Traíra, onde a parcela das famílias que não tem roça chega perto de um quinto (20%).

Uma família tem em média entre três a quatro roças, mas isso varia. Nas entrevistas, quando a alimentação foi considerada ruim, a falta de roça foi mencionada poucas vezes, bem atrás de falta de peixes, caça ou dinheiro.

Na maioria dos casos, as roças são de capoeira alta. Regiões onde quase a metade das roças são de mata primária: Xié, Médio e Baixo Içana, Balaio, Médio Rio Negro ACIR e entorno de São Gabriel. As regiões onde as roças ficam longe das comunidades, mais de uma hora de distância, são Ayari, Alto Içana e Iauaretê.



Juliana Lins / ISA, 2016

Jovem descascando mandioca na roça de sua família. Comunidade São Felipe, Igarapé Castanho.

Em 13 regiões mais da metade das famílias vendem produtos das roças, embora o levantamento não trate a frequência de venda ou importância da comercialização de produtos de roça no orçamento das famílias. Na região Balaio quase todas as famílias vendem produtos, é bem provável que isso esteja relacionado com o fato dessas famílias terem acesso mais fácil à cidade de São Gabriel da Cachoeira, em comparação com famílias de outras regiões. Balaio também é a região que apareceu com a maior diversidade de produtos da roça comercializados. Xié e Médio Rio Negro AHKOWI ficam em segundo e terceiro lugar.

O produto da roça mais mencionado para venda, sem distinção entre as regiões, é farinha. Outros produtos de mandioca, farinha de tapioca e beiju, também foram bastante mencionados como produtos de venda. Depois da lista de produtos de mandioca brava, aparece a banana e então o abacaxi. Somente no Balaio o comércio do açaí parece bastante importante. As famílias que avaliaram alimentação delas como boa em geral têm mais roças que as famílias que acham alimentação delas razoável ou ruim.



Beto Ricardo/ ISA, 2010



Juliana Radler/ ISA, 2017

Aspectos sobre renda e benefícios sociais

A pesquisa do PGTA apontou que 46% da população adulta residente nas sete Terras Indígenas possui algum tipo de renda direta por meio de salários, aposentadoria, benefícios de programas sociais, ou venda de produtos. Ao todo, há 1.206 pessoas que têm vínculo de trabalho e recebem salário, o que representa cerca de 8,5% da população entre 16 e 65 anos. Estima-se que entram anualmente R\$ 13.560.264,00 nas sete Terras Indígenas por meio de salários de funcionários indígenas da educação, saúde e outros. As regiões com maior número de assalariados, considerando a população entre 16 e 65 anos, são Xié (16,15%), Alto Uaupés

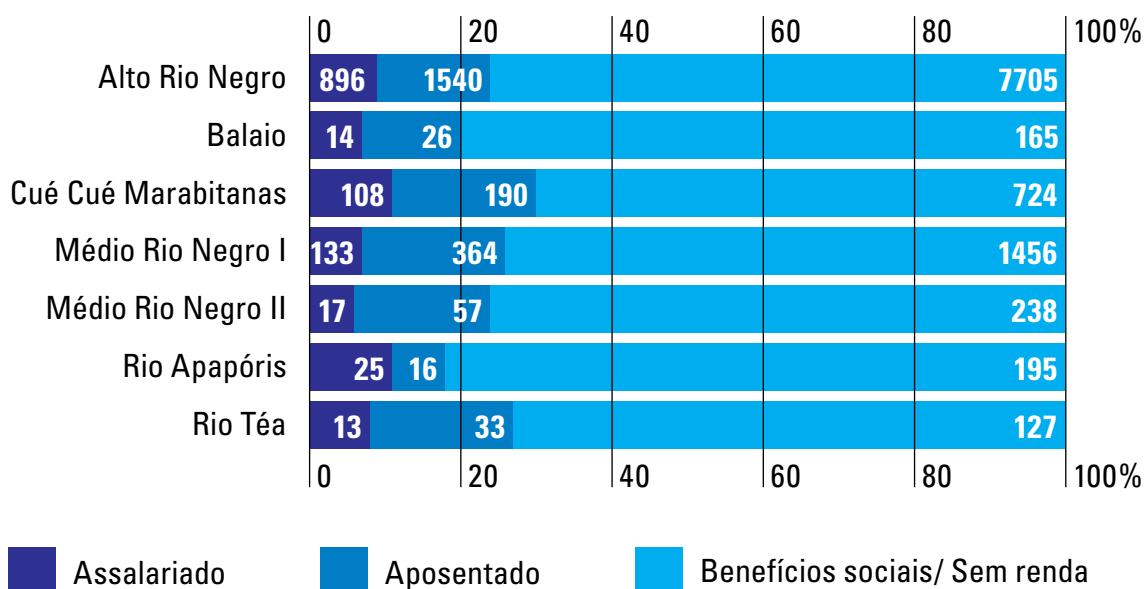
(15%), Baixo Uaupés (13%), Alto Içana (12%) e Alto Rio Negro (11,5%).

Um destaque é que o Entorno de São Gabriel da Cachoeira é uma das regiões com menor porcentual de assalariados, cerca de 6%. É provável que isso se dê pelo fato de que a população dessas comunidades mantenha um fluxo de viagens maior com a cidade, passando parte do tempo entre uma e outra, sem vínculo formal de trabalho. De forma geral, comunidades onde há escolas indígenas tendem a ter um número maior de assalariados.

Quase metade das famílias que moram nas comunidades entrevistadas pelo levantamento, **48%, recebe o benefício do Programa Bolsa Família.**

O mais comum é que estas famílias façam saque do benefício uma vez a

Situação financeira da população acima de 16 anos por Terra Indígena



cada 2 ou 3 meses. Estima-se que o Bolsa Família transferiu R\$ 21.614.775,00 para o município de São Gabriel da Cachoeira e R\$ 6.883.575,00 para Santa Isabel do Rio Negro no ano de 2016. Não é possível dizer com precisão o percentual deste montante que chega às famílias que vivem nas comunidades e sítios das Terras Indígenas com os dados levantados até agora. Este é um dado importante para pesquisas futuras. As famílias entrevistadas identificaram como principais mudanças no cotidiano com a chegada do Programa Bolsa Família uma maior facilidade na compra

de itens básicos de alimentação e um melhor apoio aos filhos em idade escolar. Apenas na região Apaporis e Traíra foi destacado pelos entrevistados um aumento de consumo de bebidas alcólicas com a chegada do programa. No Alto Lçana, dois em cada dez entrevistados falaram que as roças diminuíram após o início do pagamento do benefício. O levantamento também apresenta destaques sobre outros benefícios sociais recebidos pelas famílias entrevistadas. Há 2.226 aposentados vivendo nas Terras Indígenas, sendo 1.018 deles homens e 1.208 mulheres. Estima-se

Quanto custa sacar o Bolsa Família ou outros benefícios sociais?

As grandes distâncias entre muitas comunidades e as sedes municipais onde se localiza o único ponto de retirada dos benefícios sociais representam altos custos para os moradores das Terras Indígenas. Estes custos, de tempo e de recursos, são raramente calculados e pouco divulgado aos tomadores de decisão e executores de políticas públicas. Por exemplo, uma viagem de motor rabeta do médio e alto Tiquié até São Gabriel da Cachoeira demora entre três e quatro dias, viajando intensivamente durante todo o dia e parte da noite. O consumo de combustível varia entre 80 e 150 litros de gasolina, ida e volta. Considerando que o litro de gasolina em São Gabriel custa R\$4,90 e que há outras despesas em uma

viagem como essa (alimentação, hospedagem, manutenção do motor etc.), pode-se estimar um custo médio de R\$600 e no mínimo dez dias dedicados a acessar os recursos.

Uma vez na sede municipal, muitas famílias não encontram hospedagem, e permanecem em barracões da prefeitura que existem próximo ao porto, em condições precárias de higiene e segurança. Aqueles que podem, hospedam-se em pequenas estâncias que cobram diárias a partir de R\$10; outros ficam na casa de parentes. Considerando os altos custos e as extensas distâncias, as condicionantes, o intervalo para sacar o recurso e os valores do programa bolsa família deveriam ser readequados para a realidade das famílias do Alto e Médio Rio Negro.



População de São Gabriel da Cachoeira sob sol intenso faz fila para receber o Bolsa Família.

Renato Martelli Soares/ ISA, 2016



Transporte de cestaria
Baniwa, Comunidade
Santa Rosa, Içana.

Beto Ricardo / ISA, 1999

que as receitas de aposentadoria repassam anualmente R\$ 25.029.144,00 nas sete Terras Indígenas. Registrou-se que 649 mulheres receberam o salário maternidade nos 12 meses anteriores ao levantamento.

Outras fontes de renda e usos do dinheiro

Fontes de renda informais puderam ser analisadas com os dados do levantamento. São poucas as famílias que afirmaram comercializar produtos do extrativismo. Por Terra Indígena, somente entre 10% a 20% das famílias entrevistadas mencionaram que realizam vendas ou trocas. Os produtos mais citados, por ordem, foram madeira, cipó, tucum e piaçava. Por região, o comércio dos produtos de extrativismo é menos mencionado nas entrevistas do Alto Içana, Alto Tiquié, Apapóris e Traíra, Balaio e Papuri.

Nas demais regiões, com exceção do Entorno de São Gabriel, as famílias afirmaram que a madeira é o principal produto extrativista. Os demais produtos florestais não-madeireiros mais citados variam de acordo com a região. Piaçava é o produto mais mencionado pelas famílias no Xie. Tucum pelas famílias do Alto Rio Negro, Alto Uaupés, Iauaretê e Médio Içana. Cipó no Alto Içana, Médio Tiquié, Xie e no Médio Rio Negro ACIBRN e AHKOIWI.

O uso de dinheiro varia para as famílias moradoras das Terras Indígenas, indo desde compras de insumos simples para a roça, pesca e caça até pequenos equipamentos de geração de energia solar e transporte. Os itens industrializados e de consumo mais comprados tendem a seguir a mesma ordem de prioridade por moradores de todas as sete Terras Indígenas, sendo os itens mais comprados o açúcar, café, arroz, sabão, bolachas, sal e combustível. Os dados das entrevistas do mostram que nas regiões do Alto Içana, Alto Tiquié, Médio Tiquié e Papuri o consumo desses produtos é expressivamente menor do que nas demais regiões.

Até aqui, o levantamento dá conta de parte do fluxo local de dinheiro, não contemplando devidamente a renda gerada pela produção das roças, pescarias e caçarias. Apenas para citar um exemplo, 42% das famílias entrevistadas neste levantamento indicam que vendem farinha de mandioca na própria comunidade, na comunidade vizinha, na cidade ou em outro local, com preço que pode variar de R\$ 70 a R\$ 100 por lata. Tais fontes de renda, chamadas informais, ficam apagadas na contabilidade da economia local, entretanto são fundamentais para melhor entendimento do ciclo econômico das famílias moradoras das Terras Indígenas rionegrinas e necessitam de estudos futuros mais detalhados.

Próximos passos na elaboração dos PGTAs

- Prioridade no processo de elaboração dos documentos PGTAs para os próximos meses.
- Reuniões regulares da Comissão de Governança dos PGTAs que envolve a FOIRN, A Funai, o ISA e o ICMBio para organização de agendas em comum e socialização de novas informações entre as instituições.
- Reunião do Grupo e Trabalho (GT) no entorno de São Gabriel da Cachoeira para apresentação e encaminhamento

das informações levantadas durante processo de consultas às comunidades entre junho e novembro de 2017. O GT também contará com um momento de mesas de discussão com instituições.

- Organização da agenda para 2018 tendo em vista as assembleias regionais e geral da FOIRN como momentos estratégicos para a circulação das primeiras versões dos PGTAs.
- Elaboração das primeiras versões dos PGTAs.

Passo a Passo em 3 anos

Reuniões da Comissão de Gestão, Publicações da Série Governança e Bem Viver Indígena: Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro

Ano 1

1. Levantamento e organização de dados e iniciativas relacionadas à gestão ambiental e territorial.

2. Identificação e mobilização de uma **equipe de pesquisadores indígenas**: coordenadores e animadores responsáveis pelas etapas em suas respectivas regiões de origem.

3. **Levantamento** de dados populacionais e sobre economia, saúde e educação **nas comunidades**.

4. Organização e análises de dados levantados.

5. **I Encontro do Grupo de Trabalho** para discussão dos dados do Levantamento Socioambiental, organização das Consultas nas Comunidades e Discussão do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS).

6. **Consultas PGTA em comunidades estratégicas** a partir dos documentos e discussões resultantes do I encontro GT PGTA.

Ano 2

7. **II Encontro do Grupo de Trabalho (GT)** para construção de documentos sínteses com recomendações e propostas em temas prioritários a partir das discussões realizadas nas consultas e promover mesas de diálogo com instituições públicas.

8. Produção dos documentos PGTAs, resumos e traduções.

Ano 3

9. **Validação dos PGTAs** e resumos nas Assembleias sub-regionais da FOIRN.

10. **Publicação e ampla divulgação dos PGTAs** para as comunidades, parceiros e instituições públicas.

Fórum Consultivo: com reuniões e informes aos parceiros institucionais

FOIRN, FUNAI e ISA • OUTUBRO DE 2017

3 Governança e Bem Viver Indígena

Organização:

Carla Dias

Textos:

Aloisio Cabalzar, Carla Dias, Felipe Storch,
Pieter Van der Veld e Renato Martelli Soares

Tradução para o Tukano:

Ƴrēmĩ Rogelino da Cruz Alves Azevedo;
Ƴtarõ Edilson Villegas Ramos; Ƴrēmĩ Vilmar
Rezende Azevedo, Umusĩ Ismael Pimentel dos
Santos e Alcimar Rezende

Tradução para o Baniwa:

André Fernando Baniwa e Alfredo Brazão

Tradução para o Nheengatu:

Edson Cordeiro Gomes Baré

Mapas:

Renata Alves/ Lab. Geo do ISA

Pesquisa e tratamento de imagens:

Claudio Tavares

Revisão:

Marivelton Rodrigues Barroso e Renato Martelli Soares

Design Gráfico:

Roberto Strauss

Desenho da capa:

Feliciano Lana

Realização:



Apoiadores:



UNESCO - PÉROLA DA AMÉRICA



Regnskogfondet
RAINFOREST FOUNDATION NORWAY

